

Deputados de Macau veem novas oportunidades na definição de águas marítimas

17 de Dezembro, 2015

Deputados de Macau estão a ver “novas oportunidades” e “avanços significativos” no novo “mapa” do território aprovado pelo Conselho de Estado da China, ao abrigo do qual Macau tem jurisdição, a partir de domingo, sobre 85 quilómetros quadrados de águas marinhas. “Foram agora confirmadas as delimitações marítimas, o que vai conseguir atribuir, para o futuro de Macau, vastos espaços de desenvolvimento e novas oportunidades, bem como permitir consolidar as próprias vantagens de Macau, clarificar o seu posicionamento e focar as estratégias do Estado, o que assume especial sentido para a diversificação económica e o aperfeiçoamento da vida da população”, afirmou hoje o deputado Ho Ion Sang, numa intervenção na Assembleia Legislativa.

O Conselho de Estado da China aprovou, na quarta-feira, um novo mapa da divisão administrativa de Macau, que define as áreas marítimas e as delimitações terrestres sob jurisdição de Macau, que entra em vigor no próximo domingo, dia 20, quando se assinalam 16 anos da transferência do exercício de soberania de Portugal para a China.

A definição das áreas marítimas não só vai contribuir para resolver questões como “o controlo da poluição do Canal dos Patos, as inundações do Porto Interior e a execução da lei nas áreas marítimas, como também proporcionar um espaço mais alargado para a diversificação adequada da economia”, afirmou o deputado, eleito por sufrágio universal, para quem “é responsabilidade e dever do Governo fazer bom aproveitamento e uma boa gestão” das águas.

“O Governo deve, primeiro, preparar a acoplagem entre a questão das áreas marítimas e a construção de um ‘centro e uma plataforma’ e a estratégia [de investimento lançada por Pequim] ‘uma faixa e uma rota’, defendeu ainda Ho Ion Sang, sustentando que, a nível da cooperação regional, “deve desenvolver a economia marítima e enriquecer as componentes turísticas ligadas ao mar”.

A decisão do Conselho de Estado da China vem abrir a porta, na prática, à possibilidade de Macau, atualmente com uma área terrestre de cerca de 30 quilómetros quadrados, mas em fase de expansão, crescer por via de mais aterros. Se essa for a intenção, carece do aval de Pequim e eventuais novas parcelas a conquistar ao mar não vão ser aproveitadas para projetos associados ao jogo, o principal motor da economia de Macau.